

O REINO UNIDO E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Após os eventos que consubstanciaram a guerra de Independência do Brasil, onde sua recém-formada Marinha teve papel fundamental, houve a necessidade de se travarem “batalhas” no ambiente diplomático europeu, com uma grande complexidade de atores e fatores. O Reino Unido teve um papel preponderante neste processo e um personagem foi fundamental neste caso: George Canning (1770-1827).

Vinicius Mariano de Carvalho*¹
José Cláudio Oliveira Macedo*²

Este político e diplomata britânico desempenhou diversas funções políticas durante sua carreira. Ele era o *Foreign Secretary* (o correspondente ao ministro de relações exteriores do Reino Unido) entre 1807 e 1809, durante o período em que a Corte portuguesa transfere-se para o Brasil, escapando dos avanços de Napoleão. Seu papel foi fundamental em garantir o suporte fornecido pelo Reino Unido na transferência da Corte. Canning já havia tido outras funções relevantes antes disso e uma que se destaca foi a de *Treasurer of the Navy*, de 1804 até 1806. Nesta função



George Canning teve papel importante no apaziguamento das rebeliões contra a Independência do Brasil e no reconhecimento político deste ato por Portugal.

pôde conhecer bem as capacidades e limitações da *Royal Navy*. Isso foi crucial na maneira como, posteriormente, pôde assegurar o apoio da Marinha Real Britânica na transferência da Corte portuguesa para a então colônia do Brasil.

Posteriormente, entre 1814 e 1815, foi também Embaixador britânico em Portugal, país de grande importância para o Reino Unido naquela época, pois tê-lo como aliado assegurava os interesses britânicos na Europa continental e contrabalançava as influências francesas na região.



Sir Charles Stuart, Embaixador britânico em Lisboa nomeado por Canning, foi o principal negociador com o Reino de Portugal para o reconhecimento da Independência do Brasil. Pintura de George Hayter

Quando a Independência do Brasil é proclamada por D Pedro, Canning estava outra vez no posto de *Foreign Secretary*, cargo que ocupou de 1822 até sua morte em 1827. Foi, portanto, quem se ocupou completamente das negociações para o reconhecimento da Independência do Brasil.

Nos primeiros anos após a proclamação da independência, as Cortes Portuguesas obviamente não concebiam que sua mais importante colônia e fator de estabilidade econômica se libertasse. O colapso das Cortes em Portugal levou o país a um estado revolucionário, dividido politicamente entre os “Miguelistas” que reclamavam a volta de um absolutismo; o grupo pró-França, liderado pelo Primeiro-Ministro Subserra; e um grupo pró-Inglaterra, sob a liderança do Ministro de Relações Exteriores, Palmella. Por sua posição de Primeiro-Ministro, Subserra manteve o Reino Unido sem grande capacidade de manobra entre os anos 1823 e 24. Não havia dúvida, contudo, que George Canning era uma figura fundamental naquela situação da proclamação da Independência do Brasil. As relações entre Portugal e Inglaterra eram consolidadas por mais de quatro séculos, e neste período, por muitas vezes, foi o Reino

Unido que agiu como uma barreira, prevenindo que a Espanha “assimilasse” o reino lusitano. Do ponto de vista comercial, os portos de Portugal eram essenciais para o comércio marítimo inglês e para a *Royal Navy*, assegurando um posto avançado para os navios de guerra.

Canning tinha em sua mesa um grande dilema. Ainda que o processo de Independência do Brasil fosse um problema interno para Portugal, uma não interferência britânica teria consequências de longo prazo. Se apoiasse a independência, faria com que o grupo pró-França em Lisboa buscasse uma aliança continental, excluindo a Inglaterra. Se não apoiasse, perderia a grande oportunidade de estabelecer um grande e novo parceiro comercial definitivamente relevante para a economia britânica.

A Corte portuguesa, em resposta à “revolta do Brasil”, estabeleceu condições para uma possível reconciliação e, em instruções secretas de 22 de julho de 1823, Subserra determinou-as: o Rei de Portugal reconheceria Dom Pedro como Regente do Brasil, que poderia ter sua constituição e administração. Porém, as leis deveriam estar de acordo com as constituições do reino de Portugal. Cidadania e gastos com diplomacia e com a Marinha seriam comuns para os dois países. O Rei de Portugal definiria a política externa e nomearia embaixadores e o Regente do Brasil poderia indicar apenas cônsules. Independência de fato não seria aceita ou negociada por Portugal.

Essas condições não foram nem sequer discutidas no Brasil, que não admitia nada menos que total independência. Era óbvio que, sem uma moderação e mediação externa, um acordo não seria alcançado. E aqui Canning aproveitou a oportunidade, pois seria de grande vantagem para a Inglaterra ter uma monarquia constitucional estável na América, para contrapor à influência dos Estados Unidos. Canning trouxe para Londres o centro das discussões diplomáticas com outras potências europeias acerca da Independência do Brasil, e tomou a liderança nas negociações com Paris, Viena, São Petersburgo e Berlim. Todos concordavam que a independência era um *fait accompli*, mas insistiam que somente aceitariam isso após o reconhecimento pelo próprio Rei de Portugal. A Canning coube induzir a Corte portuguesa a conceder este reconhecimento.

Já em dezembro de 1823, Canning havia ins-



Entrega de credenciais do Embaixador Charles Stuart ao Imperador Dom Pedro I em reconhecimento do Império do Brasil e sua Independência. Pintura de Leon Tirode. Acervo: Palácio do Itamaraty

truído Chamberlain – Cônsul britânico no Rio de Janeiro – para que informasse à nova corte do Brasil de que a retomada da colônia por Portugal por meio de força de armas estava fora de cogitação. E mais, instruiu seu embaixador em Lisboa para que reconhecesse a Independência do Brasil e recusasse os termos propostos por Portugal para a reconciliação. Canning estava convencido de que preservar uma monarquia no Brasil ajudaria a contrabalançar a tendência republicana das independências das colônias espanholas. Para ele, isso protegeria o sistema mercantil britânico nas Américas.

A atuação de Canning foi intensa e não cabe aqui descrever todos os detalhes de suas manobras e negociações. Mas vale apontar que Canning chegou a ameaçar a retirada do Esquadrão da *Royal Navy* do Tejo para uma expedição naval para o Brasil.

Em dezembro de 1824, Canning nomeia Sir Charles Stuart como Embaixador em Lisboa e principal negociador com o Reino de Portugal para a aceitação da Independência do Brasil. Em maio de 1824, Stuart sai de Lisboa a caminho do Rio com as credenciais de negociador plenipotenciário por parte de Portugal para negociar o tratado de independência, baseado no cessar de hostilidades, no retorno de proprieda-

des sequestradas, na suspensão de parte da dívida pública, na indenização das perdas causadas por indivíduos e na renovação das relações comerciais. As negociações não foram fáceis e nem todos os termos aceitos, porém, em 29 de agosto de 1825, Portugal aceita a Independência do Brasil. Na sequência, o Reino Unido reconhece este fato em 18 de outubro do mesmo ano, assinando um tratado de paz e comércio e uma convenção para a abolição do tráfico escravo. A França o faz no dia 26 de outubro, apresentando credenciais e iniciando a negociação de um tratado comercial. Em 30 de dezembro é a vez da Áustria e, em 6 de março de 1826, a Prússia. A Rússia reconheceria a independência apenas em janeiro de 1828. Estados Unidos (em 16 de maio de 1824) e o México (9 de março de 1825) precedem os poderes europeus no reconhecimento.

A atuação diplomática de Canning assegurou que a independência fosse negociada entre os poderes europeus, mas principalmente junto ao próprio reino de Portugal, conseguindo, assim, que o novo país entrasse rapidamente no concerto das nações. ■

*1 Professor Doutor, Professor do King's College London

*2 Contra-Almirante, Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada